

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2016

Sra. Agnes Callamard, Relatora Especial de Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais

Via e-mail: [eje@ohchr.org](mailto:eje@ohchr.org); [africandescent@ohchr.org](mailto:africandescent@ohchr.org);

**Ref.: Informe sobre recentes violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro contra a população das favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro/RJ**

Prezadas/os Sra. Relatora Especial e Membros do Grupo de Trabalho de Especialistas sobre Povos Afrodescendentes

A **JUSTIÇA GLOBAL** vem, por meio deste informe, apresentar breve sistematização acerca de algumas recentes violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro contra a população das favelas e periferias da cidade do Rio de Janeiro/RJ neste ano, demonstrando que persistem as práticas de execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais já verificadas e constantes dos relatórios elaborados por esta ilustre Relatoria, conforme passa-se a relatar:

Inicialmente, faz-se importante reafirmar que as favelas e periferias brasileiras historicamente são alvo de políticas de segurança pública de cunho repressivo e com alto grau de letalidade. Contudo, faz-se evidente um acirramento da repressão policial desde a escolha da cidade do Rio de Janeiro para a realização

de megaeventos como os Jogos Pan-americanos (2007), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo FIFA (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). As ações repressivas se tornaram ainda mais severas, violentas e letais a cada novo período. No ano de 2007, por exemplo, as mortes por “auto de resistência” tiveram seu ápice: foram contabilizados no estado 1.330 casos, sendo 902 só na capital<sup>1</sup>. Naquele ano, 19 pessoas foram assassinadas em uma megaoperação realizada no Complexo do Alemão, grande parte delas executadas extrajudicialmente como ficou explícito no relatório elaborado pela Relatoria de Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais da ONU <sup>2</sup>.

Arelado aos objetivos de realização dos megaeventos está o processo de transformações que contribuem diretamente para que o Estado siga como o maior violador de direitos humanos. O alto número de remoções forçadas<sup>3</sup>, de ações de recolhimento compulsório de pessoas em situação de rua, de intervenções voltadas ao controle da população em geral, o aumento da letalidade de jovens, em sua maioria negros, entre outras expressões da questão social que marcam de forma dura a vida dos moradores de favelas e periferias, são exemplos da atual situação da cidade olímpica marcada pela violência policial.

---

1 Vide <<http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/PesquisaAutoResistencia.pdf>>

2 Disponível em  
<<http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/portugues.PDF>>

3 Vide <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/livro-mapeia-remocoes-de-moradores-na-gestao-de-eduardo-paes/>>

Os números divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, revelam que a escalada da violência policial persiste no ano de 2016, em especial nos meses que antecederam a realização dos Jogos Olímpicos. Entre os meses de janeiro a junho deste ano, os autos de resistência aumentaram 14% em relação ao mesmo período de 2015 em todo o estado. Se levarmos em conta apenas a cidade do Rio de Janeiro, o percentual de mortes de civis provocadas por intervenções policiais revela-se ainda maior, de 16% se comparado ao ano passado, ou seja, salta de 172 para 200 homicídio, o que significa dizer que a cada 24 horas uma pessoa foi assassinada pela polícia.

Nos meses de maio e junho de 2016, o aumento alcança contornos verdadeiramente chocantes. Em maio de 2016, a polícia matou 122% mais do que em maio de 2015, somente na cidade do Rio de Janeiro. No mês de junho, trinta dias antes da realização dos jogos, o percentual de 104% de civis mortos pela polícia carioca foi de 104% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Houve por parte do Estado do Rio de Janeiro a tentativa de velar o caráter repressivo de sua política de Segurança Pública a partir de 2008, com a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)<sup>4</sup> em algumas favelas, e intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementados nas Zonas Norte e Sul da cidade. Essas intervenções geraram

---

<sup>4</sup>Diante do considerável aumento das denúncias de violações de Direitos Humanos relacionadas às Unidades de Polícia Pacificadora, que incluíram desde abuso de poder até tortura e desaparecimentos forçados em 2013, a Justiça Global enviou um informe à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos sobre a situação nas favelas. Em 2015, a partir do recrudescimento das relações e um sem número de denúncias ignoradas pelo poder público, foi enviado um dossiê sobre as violações cotidianas que incluíram casos emblemáticos de execuções cometidas por policiais militares lotados nas Unidades de Polícia Pacificadora de várias favelas da cidade.

mudanças não só físicas, mas políticas, em diversas áreas, principalmente no que tange ao poder armado nesses locais<sup>5</sup>. Regiões inteiras formadas por áreas periféricas e de favelas, como a Baixada Fluminense – que sofreu os impactos da implementação das UPPs em outros territórios na cidade do Rio de Janeiro –, que já ostentavam números estratosféricos de assassinatos e estupros, por exemplo, têm apresentado aumento do número de homicídios e, principalmente, de conflitos armados pelo controle de grandes áreas empobrecidas<sup>6</sup>.

Com a implementação das UPPs, o poder armado nas “favelas pacificadas” passou para as mãos da Polícia Militar que ostenta armamento pesado pelas ruas das favelas e comunidades, e nas grandes vias da cidade, nas regiões mais pobres<sup>7</sup>. Contudo, a venda de entorpecentes seguiu de forma notória<sup>8</sup>, inclusive tendo sido um resultado esperado pelos gestores públicos, considerando que o Secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame afirmou que “seria impossível acabar com o tráfico de drogas” e que as Unidades de Polícia

---

5Mais informações em: CAVALCANTI, Mariana. **À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da 'PACificação'**. DILEMAS: Revista de estudo de conflitos e controle social – Vol.06 – nº02 – ABR/MAI/JUN 2013- 191-228

6Vide <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-02-27/populacao-de-municipios-da-baixada-sofre-com-aumento-de-crimes.html>>

7Vide <<https://www.facebook.com/ColetivoPapoReto/videos/877650709028176/>>

8Vide <<http://www.cartacapital.com.br/revista/858/espremidos-entre-dois-senhores-6954.html>>

Pacificadora teriam por objetivo uma “retomada de território” das mãos do “tráfico de drogas” e não necessariamente seu fim<sup>9</sup>.

Nos últimos três anos as expectativas positivas quanto à chamada *pacificação* entraram em declínio, principalmente porque as situações de extrema violência institucional passam a gerar reações das populações violentadas<sup>10</sup>. Práticas como desaparecimentos forçados, tortura<sup>11</sup>, abuso de poder, agressões verbais e físicas, além de mortes por armas de fogo e espancamento<sup>12</sup> tem sido constantemente denunciadas pela população que vive nesses locais<sup>13</sup>. Nos

9Vide <<http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/beltrame-upp-nao-existe-para-por-fim-a-traffic-de-drogas,71d8af97a555b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>

10 Em 2014, moradores de favelas se reuniram na orla da Zona Sul da cidade para dizer que “A festa nos estádios não vale as lágrimas nas favelas”, chamando atenção para a atuação da polícia nas favelas de várias regiões da cidade. Vide <<http://cmirio.tk/ato-festa-nos-estadios-nao-vale-lagrimas-nas-favelas/>>

11O Caso de Amarildo de Souza é um dos casos mais emblemáticos envolvendo as UPPS, e gerou um informe enviado pela Justiça Global ao Presidente-Relator do Grupo de Trabalho de Desaparecimento Forçado ou Involuntário da Organização das Nações Unidas. Em julho de 2013 Amarildo foi abordado por policiais, levado pra a sede da UPP Rocinha, local onde vivia com a família, foi torturado e morto, e seu corpo desapareceu. Em fevereiro deste ano, 13 dos 25 policiais envolvidos no caso foram condenados incluindo altos cargos do comando da UPP local. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>

12Vide  
<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140919\\_depoimentos\\_maes\\_vitimas\\_salasocial\\_eleicoes2014\\_rw](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140919_depoimentos_maes_vitimas_salasocial_eleicoes2014_rw)>

13A grande visibilidade alcançada pelo caso Amarildo trouxe a tona uma série de denúncias de violências sofridas pelos moradores, mesmo antes de seu desaparecimento. <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2013/09/moradores-se-dizem-vitimas-de-violencia-de-policiais-em-upp-do-rio.html>

últimos meses houve uma intensificação de confrontos armados. Até meados de 2015, ainda que acontecendo com frequência, esses confrontos não ganhavam espaço na pauta da grande mídia, salvo raras exceções, como os ocorridos no Morro do Alemão já que interferiam de certa forma na vida da cidade como um todo, vale lembrar que o Complexo do Alemão é um dos símbolos dessa “retomada de território” pelo Estado. A invasão realizada sob a justificativa da “pacificação” pelas tropas de Exército e Marinha em 2010, assim como pelas forças policiais, foi televisionada, e teve alto apelo midiático no sentido de demonstrar a “destruição do mal” que seria o tráfico de drogas no local. A Revista Época, por exemplo, se referia ao Complexo de favelas do Alemão como o “coração do mal”<sup>14</sup>.

O investimento nesse modelo de Segurança Pública bélico vem sendo priorizado pela gestão pública nos últimos 10 anos em detrimento de outras políticas relevantes. O próprio governador do Estado, Luiz Fernando “Pezão”, afirmou recentemente que “a Segurança Pública é prioridade” em seu governo<sup>15</sup>, o que se confirma pela análise do orçamento do Estado do Rio de Janeiro, da qual se denota que os gastos públicos com a pasta são 5 vezes maiores do que os

---

14As favelas sempre foram retratadas, ao longo da história como territórios do mal que necessitavam de intervenções que o cortassem pela raiz, A revista Época em 2010, é muito explícita com relação a isso <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI192854-15223,00-UMA+NOITE+NO+CORACAO+DO+MAL+CARIOCA.html> ; assim como o Jornal da Manhã em 1909 <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/aldeias-do-mal>

15Vide<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/11/governador-diz-que-crise-no-rj-nao-afeta-investimentos-em-seguranca.html>>

investimentos na saúde.<sup>16</sup> A priorização de compra de armamentos, equipamentos e tecnologias de segurança em detrimento de investimentos nas políticas de educação<sup>17</sup>, saúde, assistência e outras pastas vem refletindo diretamente na vida das populações mais pobres - negra, em sua maioria. As incursões policiais nesses territórios tornam evidente que, aos olhos do Estado, o povo pobre e periférico é um mal a ser enfrentado, a partir de uma lógica de guerra marcada pelo racismo, que coloca as populações das favelas, principalmente a juventude negra, como inimigos a serem eliminados. A Anistia Internacional, por exemplo, lançou recentemente a Campanha Jovem Negro Vivo<sup>18</sup>, considerando que 77% das vítimas de homicídio no país são jovens negros do sexo masculino, que tem idade entre 15 e 29 anos. O Atlas da Violência<sup>19</sup>, lançado em 2016 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que jovens negros tem 147% de chance de ser mortos aos 21 anos, em relação a indivíduos brancos na mesma faixa etária.

Importante destacar que no Rio de Janeiro, as prioridades da gestão pública confundem-se com as prioridades midiáticas. A imprensa no Brasil tem o

---

16Vide <<http://oglobo.globo.com/rio/pezao-seguranca-teve-investimento-tres-vezes-maior-que-saude-em-2015-18404907>>

17 Mais informações disponíveis em; [https://issuu.com/brasilefatorj/docs/web\\_106](https://issuu.com/brasilefatorj/docs/web_106) .

18Vide < <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/> >

19 Vide  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160322\\_nt\\_17\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2016\\_finalizado.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf)>

histórico papel de formar opinião, principalmente pelo investimento na cultura de massa, e no Rio de Janeiro, a cidade das Olimpíadas, esse papel se torna ainda mais explícito. A população em geral acredita que a presença da imprensa é um fator determinante para o funcionamento das políticas públicas e na efetivação das denúncias, inclusive no que tange à violência policial. Não são raros os casos em que a imprensa é chamada para garantir, por exemplo, que seja permitido que se preste socorro às vítimas baleadas nas favelas<sup>20</sup>, ou até mesmo para a realização de denúncias públicas. Ainda assim, a mídia comercial mantém em suas grades de programação um serviço sensacionalista que reproduz sem pudor um ideário conservador de concepções das mais absurdas como a ideia de que *bandido bom é bandido morto*.

Nos últimos meses algumas favelas voltaram a ocupar o tempo da programação da TV por conta de intensos tiroteios durante confronto armado. Além do Complexo do Alemão que já figura nas páginas dos jornais e telas de TV há algum tempo pela frequência dos confrontos<sup>21</sup>, mais recentemente os tiroteios tornaram-se parte de uma rotina cruel e pavorosa também para os moradores de Manguinhos e Jacarezinho, também localizadas na Zona Norte. Além de o mesmo acontecer no Chapéu-Mangueira e Babilônia, ambas localizadas na Zona Sul da cidade – todas ditas “favelas pacificadas” que contam com a Presença de UPPs. Em outras áreas da cidade a realidade não é muito diferente, favelas como Acari e Costa Barros que ficam mais afastadas do Centro da cidade

---

20 Vide <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-no-ar/videos/com-medo-moradores-do-jacarezinho-correm-durante-tiroteio-22042016>>

21 Vide <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/video-mostra-barulho-de-intenso-tiroteio-no-alemao-15762560.html>>



acabam por sofrer incursões violentas sob a justificativa de enfrentamento ao tráfico de drogas, já que não têm UPP.

No dia 28/11/2015, cinco jovens foram sumariamente executados em uma brutal ação da polícia na qual 111 tiros foram disparados<sup>22</sup> por policiais do 41º Batalhão da Polícia Militar<sup>23</sup> contra o carro em que estavam - o mesmo batalhão atua na região de Acari. Os jovens voltavam de um famoso parque na periferia quando sofreram o ataque e morreram imediatamente, tendo sido vítimas ainda de falsas alegações por parte dos policiais militares dando conta de que seriam criminosos a partir da alteração da cena do crime. O caso teve ampla repercussão na imprensa nacional. Somente nas áreas das favelas da Zona Norte de janeiro a março de 2016 havia registro de 632 homicídios.

No dia 04 de abril pessoas foram assassinadas pelas polícias militar e civil. Em Manguinhos, João Batista Soares de Souza, de 29 anos foi morto com um tiro na cabeça durante operação da Polícia Militar, com a presença de veículo blindado, o *caveirão*; alguns dias antes, em 10 de março, o pequeno Caio Daniel Faria de 14 anos também foi morto, com dois tiros nas costas. Em Acari, 05 homens foram executados em ação da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil em uma ação que teve a presença da polícia federal<sup>24</sup> algo incomum que vem acontecendo com certa frequência.

---

22Vide <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/mais-de-100-tiros-foram-disparados-por-pms-envolvidos-em-mortes-no-rio.html> >

23Vide < <http://oglobo.globo.com/rio/batalhao-de-iraja-totaliza-13-das-mortes-em-operacoes-no-estado-18187035> >

24 Vide<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/operacao-em-acari-no-rio-deixa-5-suspeitos-mortos-diz-policia.html>>

As mortes em Acari estão sob investigação no âmbito da 39ª Delegacia de Polícia - não foram encaminhadas para a Delegacia de Homicídios - e do Ministério Público Federal. Moradores afirmam que houve execução sumária. A marca homicida das polícias no Rio de Janeiro é notória e aceita socialmente, fato que fica explícito em matéria realizada pelo site G1, do Grupo O Globo de Comunicações sobre as mortes em Acari: *Operação em Acari, no Rio, deixa suspeitos mortos, diz polícia: Ação da PF teve apoio da Polícia Civil na manhã desta segunda (4). **Mandado de prisão não foi cumprido** [objetivo da ação], mas **operação é avaliada como positiva.***

As violações e abusos de poder seguem acontecendo, o revanchismo contra as supostas ações do "tráfico de drogas" geraram uma ação conjunta de diversas delegacias especializadas em Manguinhos no último dia 26/04. Além da varredura realizada nos estabelecimentos comerciais da região, veículos estacionados foram apreendidos com alegação de débitos junto ao poder público, moradoras mulheres foram agredidas verbalmente nas ruas, caracterizando violência de gênero; idosos tiveram fuzis apontados para dentro de suas casas, além das muitas ameaças de detenção por "desacato" em qualquer situação na qual os moradores ousassem questionar a legalidade das ações. Um dos relatos mais assustadores foi feito em uma escola, na qual jovens e adultos estudam durante a noite:

*Uma estudante relatou que havia ganhado uma geladeira seminova de sua sogra já que a sua estava muito velhinha. A geladeira ainda estava na porta da casa quando os policiais entraram na favela. Um dos policiais se escondeu atrás da geladeira. Ela por sua vez pediu ao policial que se escondesse em outro local, que a geladeira e conseqüentemente sua casa poderiam se tornar alvo de tiros. O policial xingou ela (sic) e no fim da operação ele*

*'fuzilou' a geladeira. Imagina o pânico das pessoas e da estudante. (Relato de professor)*

No dia 5 de maio, o alvo da política repressora foi o morro da Providência, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro. A operação policial comandada pelo BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais - resultou na morte de cinco moradores da favela e de um policial do batalhão, além de quatro pessoas feridas por arma de fogo. Nos dias subsequentes, persistiram as violentas incursões policiais, em retaliação à morte do sargento. Foram muitos os relatos recebidos pela Justiça Global sobre violações de direitos humanos dos moradores nas últimas duas semanas. Em operação realizada conjuntamente pelo BOPE, COE (Comando de Operações Especiais) e BAC (Batalhão de Ações com Cães), casas foram invadidas e revistadas sem mandado judicial, com auxílio de cães farejadores, em completa inobservância à Constituição Federal brasileira e à legislação infraconstitucional vigente. Também foi relato o confisco e a conferência de telefones celulares de moradores, agressões físicas por parte dos policiais e terrorismo psicológico, na tentativa de localizar supostos criminosos. No dia 10 de maio, moradores na comunidade organizaram-se em protesto contra a violência policial, em ato no centro da cidade.

Registra-se, por importante, que o Morro da Providência, considerada oficialmente como a primeira favela do Brasil, passou pelo processo de "pacificação", tendo a UPP Providência sido instalada ainda em 2010. Seis anos depois, o que se verifica é que ao contrário do que propagandeado pelo Estado do Rio de Janeiro, a violência estatal contra os moradores se acirrou, restando frustradas as promessas de paz e combate ao tráfico de drogas.

É consenso entre os moradores que a imposição do medo nas favelas cariocas vem sendo uma prática das polícias (Federal, Civil e Militar) e das forças

armadas com o objetivo de controlar essas populações mais pobres de forma a garantir a segurança para outras partes da cidade. Diante das últimas intervenções urbanas, inclusive de corte de linhas de ônibus prejudicando a circulação de moradores de áreas periféricas na cidade, o que se percebe é que o objetivo principal é o de garantir que as populações faveladas circulem apenas para o trabalho.

Moradores de favelas e de locais próximos seguem aterrorizados com os intensos e cotidianos tiroteios, turistas e moradores de áreas nobres seguem acreditando na “pacificação” das favelas e tendo nessas populações historicamente criminalizadas um inimigo a ser eliminado. Destacamos nesse sentido que em razão do racismo que baliza as relações no país, são as populações pretas e pardas, moradoras de favelas que atuam em diversas áreas profissionais, principalmente de serviços, que têm sofrido as mais graves violações de Direitos Humanos, e sua circulação na cidade das Olimpíadas está limitada, necessariamente, ao trabalho, jamais ao lazer nas áreas nobres da cidade.

Outrossim, destacamos que as Forças Armadas estão sendo preparadas para ocupar seis favelas durante os jogos olímpicos no Rio de Janeiro<sup>25</sup>. Conforme anunciado pela Secretaria de Segurança do Estado, serão ocupadas as comunidades próximas às áreas por onde transitarão os turistas e as delegações de atletas. A notícia é alarmante, sobretudo dada a conjuntura política de crise institucional em que o Brasil se encontra, que após um processo de impeachment cuja legalidade é questionável, foi nomeado pelo

---

<sup>25</sup>Vide <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1770856-exercito-deve-ocupar-seis-favelas-durante-a-olimpiada-do-rio-em-agosto.shtml> >

novo governo federal para o Ministério da Justiça o Sr. Alexandre de Moraes, ex-secretário de segurança pública do Estado de São Paulo, cujo currículo é marcado por diversas declarações polêmicas, que criminalizam movimentos sociais e defensores de direitos humanos. Sob a gestão de Moraes, a Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou inúmeras violações de direitos, notadamente a forte repressão a toda e qualquer mobilização social no estado, incluindo agressões e prisões de estudantes secundaristas, menores de idade<sup>26</sup>.

De todo exposto, denota-se claramente que persistem nas favelas do Rio de Janeiro práticas de tortura e de execução sumária, dentre outras violações de direitos humanos, assim como apurado pelo brilhante relatório elaborado por esta ilustre Relatoria sobre Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais (2008) e seu respectivo relatório de segmento (2010). Como se vê, é notório que o Estado brasileiro segue ignorando recomendações importantes para o enfrentamento da violência policial, o que reflete a falta de compromisso de governantes com uma política de segurança menos letal, que pare de encarar a morte como critério de eficiência e que esteja comprometida com o fim dos grupos de extermínio e a defesa da vida.

Dada a clara ocorrência de violações de direitos humanos nos fatos descritos acima, esperamos que Vossas Excelências estudarão o caso e enviarão as necessárias comunicações ao Estado brasileiro em relação à questão.

Permanecemos à disposição para quaisquer futuras questões, através dos telefone (+55 21 2544 2320) ou via email ([juridico@global.org.br](mailto:juridico@global.org.br), [sandra@global.org.br](mailto:sandra@global.org.br), [isabel.lima@global.org.br](mailto:isabel.lima@global.org.br)).

<sup>26</sup>Vide <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/em-videos-e-fotos-a-repressao-da-pm-aos-estudantes-secundaristas-8726.html>>

Atenciosamente,

Sandra Carvalho/Isabel Lima/Maria Elena Azevedo/Monique Cruz/Guilherme Pontes

JUSTIÇA GLOBAL